

# *As redes e o espaço público*

## *Networks and the Public Sphere*

[https://doi.org/10.14195/2183-6019\\_9\\_8](https://doi.org/10.14195/2183-6019_9_8)

### **Resumo**

Em finais do último século, o aparecimento das chamadas redes sociais foi saudado por muitos sociólogos e teóricos da comunicação como um passo decisivo para o que então se imaginava ser uma revolução na democracia representativa. Vinte anos depois, multiplicam-se os sinais de apreensão, não apenas pela degradação do espaço público induzida pelo fenómeno, mas também pela forma intrusiva como certos Estados o instrumentalizam na luta pela hegemonia internacional. Independentemente da forma como foram sendo olhadas, a verdade é que as redes constituem uma mudança histórica na configuração do espaço público e, conseqüentemente, na relação entre a sociedade e o poder político. O objectivo desta apresentação é analisar até que ponto essa mudança rompeu com o paradigma até há pouco hegemónico, onde os *media* tradicionais monopolizavam a representação da opinião pública face ao sistema político.

**Palavras-chave:** *Media*; redes; povo; representação; hegemonia.

### **Abstract**

At the end of the last century, many sociologists and communication theorists welcomed the arrival of social networks as a decisive step toward what was considered to be a revolution in representative democracy. Twenty years later, the signs of apprehension multiply not only because of the decline of the public sphere induced by that phenomenon, but also because of the intrusive way some states are using it in the struggle for international hegemony. Regardless of how it has been considered, there is no doubt that networks represent a historical change in the configuration of the public sphere and, therefore, in the relationship between society and political power. This presentation aims to analyze how this change departed from the (until recently, hegemonic) paradigm in which traditional media used to control the representation of public opinion concerning the political system.

**Keywords:** Media; internet; people; representation; hegemony.

Eu ainda sou do tempo em que as redes sociais iam fortalecer a democracia com uma participação pública mais vasta, melhorar a informação e transparência com o jornalismo-cidadão e contribuir para mais tolerância. Seja como for, foi um sonho bonito  
(Paulo Ferreira, Twitter, 21 de outubro de 2018)

Ao longo das duas últimas décadas, verificou-se uma mudança estrutural naquilo a que chamamos o espaço público. Dizer que houve uma mudança, é com certeza um lugar-comum, sobretudo entre pessoas que trabalham nesta área. Que ela tenha sido estrutural, já é menos evidente, e está longe de suscitar consenso. Tentarei, no entanto, demonstrar que é precisamente essa a natureza do que está a passar-se no mundo dos *media*. Antes, porém, recordarei que não é esta a primeira vez que ocorre uma ruptura profunda no modo de funcionamento do espaço público e, por consequência, na relação entre o poder e o povo. Em meados do século XIX, já tinha havido uma revolução semelhante. Com uma diferença,

porém, que é da maior importância: enquanto nessa altura a mudança se traduziu pela passagem dos *media* tradicionais a protagonistas do espaço público, o que atualmente se está a passar é o desaparecimento desse papel charneira que durante mais de cem anos eles desempenharam na vida social e política, sem que, por ora, se veja claramente como se reorganizará, de futuro, esse mesmo espaço.

Trata-se, com efeito, de uma mudança cuja dimensão, em boa parte, ainda nos escapa, de tal maneira ela aconteceu de forma acelerada, senão mesmo abrupta. A maioria das vezes, ainda se pensa como se fosse unicamente uma continuação da crise iniciada no século passado, quando, afinal, já tudo à nossa frente se processa e propaga num outro comprimento de onda. Há vinte anos atrás, ou até há menos, era comum ouvir-se, por exemplo, que os novos meios de comunicação iriam possibilitar a monitorização efetiva do Estado pelos cidadãos, assegurando mais transparência e mais democracia nas decisões de interesse coletivo. Hoje em dia, já não se fala senão em *fake news*, *sites*

populistas, algoritmos intrusivos e manipulações à distância, tudo processos mais ou menos clandestinos de intervenção política, que distorcem o sentido do voto de milhões de eleitores e pervertem aquilo que é um procedimento essencial da democracia representativa.

Uma amostra dessa mudança a que me refiro pode encontrar-se naquilo que se passou no Brasil, em 28 de outubro passado, com a eleição do atual Presidente da República. Bolsonaro não possuía, tanto quanto pode avaliar-se pelo que se diz e publica a seu respeito, nenhum carisma, muito menos *curriculum*, que o apontassem como previsível ocupante, por sufrágio universal, de um lugar como a chefia do Estado. Não possuía, além disso, o apoio de uma estrutura partidária consistente, nem a simpatia da maior parte dos *media* tradicionais, condições que até aqui se julgavam importantes, senão decisivas, para uma vitória eleitoral. Apesar disso, e contra tudo isso, ele sagrou-se vencedor. É certo que já tinha acontecido algo semelhante nos EUA, com a eleição de Trump. Mas não foi exatamente a mesma coisa. Trump, sem ter a gravidade de um

estadista, muito menos a desenvoltura intelectual de um Obama, era milionário e já possuía visibilidade mediática; tinha além disso a apoiá-lo, pelo menos na fase final, um grande partido político; e a par da popularidade, adquirida em programas de televisão de grande audiência, tinha também do seu lado canais como a Fox News e sites de enorme eficácia e difusão, como o famoso Breitbart, de Steve Bannon. Bolsonaro não possuía nada disso: nem curriculum, nem partido, nem *media*. Dizia-se, é certo, que ele era apoiado pelas bancadas parlamentares BBB – dos evangélicos (Bíblia), dos fazendeiros (Boi) e dos vendedores de armas (Bala). Mas além de não se lhes conhecer relevância no plano político, pelo menos à data, esses agrupamentos pareciam demasiado inorgânicos para garantir a angariação dos milhões de votos necessários. No entanto, apesar de ser alguém sem reputação, sem apoio nos *media* tradicionais, sem família política reconhecida, os brasileiros, à primeira volta, elegeram-no. Como é que se explica semelhante terramoto nas instituições que ao longo de toda a modernidade tinham feito a mediação

entre a massa de eleitores e as estruturas do poder?

Uma explicação fácil, e mesmo tentadora, consistiria em olhar para o que está a acontecer como se fosse um mero epifenómeno, um percalço à superfície do espaço público, que em breve se irá recompor, com mais ou menos ajustamentos. Contudo, o que aconteceu, a meu ver, não foi tanto um acidente ocasional, de consequências inesperadas e profundas, mas um verdadeiro sismo, que abalou e reconfigurou os alicerces em que assentava o espaço público. Para se perceber inteiramente o que de facto ocorreu, convém primeiro recordar, ainda que rapidamente, como se originaram e funcionaram na modernidade as instituições de que estamos a falar.

### 1. *Penny Press* vs. *gazetas*

A chamada comunicação de massas surgiu nos EUA, durante a primeira metade do século XIX, fruto da generalização do «papel de jornal», muito mais barato, e de uma conceção do produto, decisivamente virada para o mercado: a classe média e a população em geral. Até então, os jornais tinham sido maioritariamente

sustentados por grupos políticos. Como escreveu Tocqueville (1986a, p. 274), “as duas grandes armas que usam os partidos para triunfar são os jornais e as associações”. A partir daí, eles vão depender principalmente das vendas e dos anúncios publicitários. E a verdade é que a sua impressão em larga escala, secundada pela rápida difusão por caminho de ferro, ia ao encontro das exigências, por um lado, do capitalismo industrial, por outro, das multidões que haviam sido levadas, desde a instalação das primeiras unidades fabris, a emigrar do campo para a cidade. É certo que já existia aquilo a que chamamos o espaço público. Tanto as gazetas, como outros tipos mais ou menos clandestinos de comunicação e crítica do poder, faziam parte da vida social da aristocracia culta e da burguesia setecentistas. Eram, no entanto, um fenómeno circunscrito a uma elite, por muito que esta fosse culturalmente relevante. Nada que se comparasse com a revolução que a *penny press* viria a produzir, primeiro, nos EUA, depois, na Europa de finais do século XIX, ao colocar no mercado jornais acessíveis a largos estratos populacionais, quer pelo baixo preço,

quer pelos conteúdos, pelos processos narrativos e pelo próprio grafismo utilizado. Nessa altura, como Tocqueville (1986) se apercebeu e explica ao pormenor em dois capítulos de *A Democracia na América* (vol. I, II, cap. 3; vol. II, II, cap. 6), a sociedade no seu conjunto mudara decisivamente, em particular nas zonas industrializadas, onde agora se concentravam enormes aglomerados humanos e a agitação política germinava.

Foi, de facto, a massificação da informação que alterou em profundidade a natureza do espaço público, fazendo-o, por assim dizer, abandonar os salões e cafés, onde até aí se reunia uma elite receptiva às idéias liberais, e transferir-se, literalmente, para o meio da rua. Reservados inicialmente à minoria endinheirada, que já não aceita passivamente o absolutismo monárquico, os jornais irão ser chamados, pela progressiva democratização das sociedades, a desempenhar um papel de primeira importância, transformando-se no centro à volta do qual circula toda a vida política. A sua função será dupla e, à primeira vista, paradoxal. Por um lado, vão funcionar como acelerador da turbulência que

frequentemente agita os meios urbanos. Por outro, tornam-se um instrumento privilegiado da coesão social e da legitimação do poder, numa sociedade que deixou maioritariamente de prezar as crenças e valores em que o exercício da autoridade assentara durante séculos. É a opinião expressa nos jornais que fomenta greves e motins. Mas é também a mesma opinião que dinamiza a formação de associações, cujos membros partilham ideias, interesses e valores. Acima de tudo, é a opinião pública que transmite às multidões aglomeradas nas diversas cidades a convicção de partilharem uma mesma comunidade, por maiores que sejam as suas divisões internas. A par das mudanças na demografia e no modo de produção, é, por conseguinte, toda a organização política, social e cultural que vai assentar em novos moldes, por força do novo regime de produção e circulação de informação.

Do ponto de vista ideológico, é também por essa altura que se instala a convicção de que o poder se legitima não apenas nas urnas, mas também na transparência que só os jornais estão em condições de assegurar. Estes, por sua vez, ao serem catapultados ao

estatuto de árbitros, que os projeta sobre a diversidade das classes sociais, vão por sua vez incorporar os ideais da objetividade, da neutralidade e do respeito pelos factos, em sintonia, de resto, com o positivismo que se impõe no mundo da ciência, com a utopia do progresso tecnológico e civilizacional e, naturalmente, com a difusão dos valores igualitários. Quanto mais os estratos da população a que se alargava o direito de voto, maior vai sendo a sua importância, a tal ponto que a mediação entre os diversos grupos de interesses e as instituições do Estado se torna, a partir de então, impossível à margem desse novo operador de consensos, mas também de dissensos, que são os jornais. O poder precisa deles para explicar a sua ação, isto é, para dar a conhecer e emprestar às suas decisões o carácter de medidas justificadas e justas. A sociedade, por seu turno, precisa deles para que o espaço público não seja totalmente ocupado pela propaganda do poder e haja lugar para a resistência, o descontentamento e a oposição que tais medidas geram sempre, em maior ou menor grau. Sem os *media*, em suma, não seria possível ao sistema político

realizar a agregação de opiniões e vontades que é necessária para o normal funcionamento de uma sociedade com as características da que que vimos descrevendo.

Acresce ainda que a legitimação do poder, à medida que se enraiza a idéia da soberania popular, inerente à democracia, passará a exigir mecanismos de vigilância e de transparência que, uma vez mais, só a nova ordem mediática pode assegurar. Contrariamente ao que pretendia o velho mito, segundo o qual o poder não funciona senão na discrição dos gabinetes, à distância das multidões, a instituição secular do “segredo de Estado” começou a perder boa parte do seu prestígio e da sua aceitação, ao mesmo tempo que os meios de comunicação eram empossados numa autoridade que até aí jamais se lhe havia reconhecido. Se a isto somarmos o peso que a propaganda assumiu durante a I Grande Guerra, como instrumento estratégico destinado a desacreditar o inimigo e a reforçar os sentimentos patrióticos dos soldados que iam sendo enviados para a frente de combate, para já não falar da moral dos cidadãos e da sobrecarga fiscal que lhes

é exigida, compreende-se a razão de ser de uma ruptura tão radical como a que entretanto se operou no espaço público: em pouco tempo, os jornais tinham abandonado a função de simples veículos de curiosidades e opiniões mais ou menos conflituais, para se transformarem num instrumento indispensável ao regular processo de legitimação do poder. A partir de então, o espaço público, na prática, passaria a confundir-se com eles. E foi mais ou menos assim que a sociedade industrial pôde funcionar durante mais de um século.

## **2. Redes vs. penny press**

Acontece que este modelo, por razões que não temos agora tempo de analisar em pormenor, entrou em crise no final do século XX, longe de atingir os resultados que dele se esperava ainda há não muitos anos. Na verdade, de acordo com o ideário iluminista e a sua versão positivista, era suposto que o alargamento da influência dos *media*, secundado pela democratização da escola, iria tornar o espaço público crescentemente mais dinâmico e participativo, ou seja, mais democrático. Era suposto, além disso,

que a vigilância e a divulgação da atividade dos diversos poderes pelos meios de informação elevasse o nível da cidadania e obstasse à corrupção. Era suposto, enfim, que as decisões de interesse comum passassem a ter na sua base processos deliberativos cada vez mais amplos e mais informados, indo ao encontro das reais necessidades dos interessados. Todavia, aquilo que realmente se passou foi muito diferente. Em lugar da multiplicação de eleitores por via do aumento da informação disponível, os níveis de abstenção mantiveram-se elevados, um pouco por toda a parte. Em vez de reduzir a corrupção, a sua divulgação pelos *media* não parece retrai-la, como seria de esperar, e, pior do que isso, ocasiona um grau nunca antes visto de desconfiança no sistema político, corroendo a sua legitimidade. Em resumo, a comunicação de massas não parece ter reforçado significativamente a cidadania. Pelo contrário, é voz corrente que os cidadãos, em número cada vez maior, parecem agir, não como eleitores, mas sobretudo como consumidores. A prova disso é que se fala cada vez menos em representação, e cada vez mais em crise da representação.

O declínio da democracia representativa é comumente atribuído a duas ordens de fatores: ora são os agentes políticos que alegadamente ignoram, por incompetência ou corrupção, a vida concreta das populações, as suas exigências e dificuldades; ora são os meios de comunicação que alegadamente perderam credibilidade, ao transformarem-se em empresas de *entertainment*, sacrificando às leis do mercado o seu antigo prestígio, o qual, recorde-se, assentava sobretudo na independência e no rigor da informação que produziam. Haverá, provavelmente, muito de verdade neste tipo de explicações. Contudo, ele enferma, a meu ver, de um erro de perspectiva, o qual se deve ao facto de considerar uma situação que é inteiramente nova da mesma maneira que considerava a situação anterior. Com efeito, aquilo que continuamos a designar por espaço público já não é o que era há um século atrás, porquanto mudou novamente de configuração e deu lugar a uma outra realidade, com novos instrumentos e novos protagonistas. Longe de corresponderem a um simples alargamento do raio de ação dos *media* tradicionais,

## *A internet não é uma ampliação do espaço público*

as novas tecnologias da comunicação representam uma alteração estrutural da sociedade em que hoje em dia trabalhamos e vivemos. Não adianta, por isso, encará-las como se nada, ou muito pouco, de substantivo tivesse mudado. É aí, de resto, que reside o principal equívoco dos neo-iluministas de finais do século XX, que acreditaram, até muito recentemente, que a democracia se estava a renovar positivamente e que os novos dispositivos comunicacionais iriam obrigar as instituições políticas a tornar-se mais transparentes, perante uma sociedade onde passou a haver informação em abundância e que, por isso mesmo, se tornaria decerto mais vigilante, mais mobilizável e mais participativa. Mais democrática, em suma.

### **3. A euforia da *e.democracy***

Poderia dar inúmeros exemplos, mas limitar-me-ei a dois autores que espelham bem o sentimento otimista que foi dominante nas últimas décadas. O primeiro é o sociólogo Pierre Rosanvallon, teorizador daquilo a que chama a «contra-democracia». No entender de Rosanvallon, a democracia representativa estaria atualmente a

evoluir, não para uma situação anti-democrática, mas para uma situação que já não é a dos últimos dois séculos e que se caracteriza por toda uma série de novas formas de ação social, organizadas em moldes diferentes e à margem das instituições democráticas. Estas novas formas de cidadania, esclarece ainda o autor, “destinam-se a compensar a erosão da confiança com uma organização da desconfiança” (Rosanvallon, 2006, p. 11), através de meios tão diversos como a vigilância da atividade política, a denúncia da corrupção, as manifestações de indignação e protesto, a resistência a projetos impopulares e a sobrevalorização do papel dos juizes, em contraste com o papel dos representantes eleitos. Sem se substituir propriamente à atividade dos órgãos tradicionais de representação, as diversas formas de “organização da desconfiança” estariam, assim, a alterar profundamente o ambiente político das nossas sociedades, reforçando a democracia e obrigando os governantes a abandonarem a tradicional distância, para se desdobrarem agora em manifestações de proximidade junto dos eleitores. Numa palavra, a sociedade

civil ter-se-ia renovado, compensando com o seu dinamismo a tão falada crise da representação e o afastamento do poder relativamente às carências e expectativas do cidadão comum.

Um outro exemplo de otimismo em relação ao pretenso novo fôlego insuflado pelos novos *media* no espaço público é o do australiano John Keane, o qual identifica explicitamente o espaço virtual como o *pivot* de uma alegada reconfiguração da democracia. Sobrevalorizando as virtualidades da “galáxia internet”, Keane considera que os novos meios de comunicação não só trouxeram um acréscimo de eficácia às iniciativas dos cidadãos para vigiar o poder, como também introduziram uma modificação estrutural na própria sociedade, na política em geral e na democracia em particular. Resumindo, teríamos passado a viver, à escala do planeta, numa “idade de abundância comunicacional”, que “é estruturada por um novo sistema mundial de dispositivos mediáticos sobrepostos e interligados” (Keane, 2013, p. 1).

Semelhante “abundância comunicacional”, como seria de esperar, alterou em profundidade a relação

dos cidadãos com os diversos poderes, incluindo o próprio poder dos *media* tradicionais: “o jornalismo noticioso profissional – diz Keane – é agora apenas um entre os muitos tipos diferentes de instituição com poderes de escrutínio”. Na verdade, acrescenta o autor:

*(...) em todas as democracias, há muitas centenas e milhares de instituições de monitorização a trabalhar habilmente na agitação de questões de poder, frequentemente com efeitos políticos. Relatórios de direitos humanos, blogs, tribunais, redes de organizações profissionais e iniciativas cívicas são apenas alguns exemplos de mecanismos de watchdog, guide-dog e barking-dog, que estão a alterar profundamente o espírito e a dinâmica da democracia. (Keane, 2013, p. 47).*

Não quer dizer, prossegue Keane, que o jornalismo profissional e o chamado jornalismo cidadão, uma vez por outra, não se interessem um ao outro. As revelações do *Wikileaks* e de Edward Snowden, por exemplo, foram publicadas por alguma da mais

conceituada imprensa internacional. No conjunto, porém, os novos *media* estão a retirar aos *media* tradicionais, assim como aos agentes políticos eleitos, o monopólio da representação da vontade e do interesse dos vários grupos. Cada vez mais, há cidadãos que, isolados ou em associação, apresentam reivindicações, fazem denúncias e falam seja em nome de um grupo específico, seja em defesa da justiça ou da moral universal. Keane chama-lhes, num livro publicado já em 2013, “representantes não eleitos”, acrescentando, com notório e manifesto otimismo:

*o número e a variedade de instituições de monitorização cresceram de tal maneira que indiciam já um mundo em que a velha regra “uma pessoa, um voto, um representante” – ponto central na luta pela democracia representativa – é substituído pelo novo princípio da democracia monitorizada: “uma pessoa, muitos interesses, muitas vozes, muitos votos, múltiplos representantes”.* (Keane, 2013, pp. 85-86).

A sociedade da “abundância comunicacional”, por conseguinte, não seria uma sociedade onde a representação estivesse em vias de ser afastada. Não estamos numa pós-democracia, garante Keane, contrariamente ao que havia anunciado, há pouco mais de uma década, Colin Crouch (2000). O que acontece é que a representação começou a abandonar a rigidez do modelo em que havia funcionado nos últimos dois séculos, para assumir uma plasticidade que a torna mais democrática e, simultaneamente, mais conforme à complexidade do nosso tempo. Em vez de se mobilizarem exclusivamente através dos sindicatos e partidos tradicionais, que supostamente se fariam eco da sua voz, os cidadãos teriam passado a multiplicar o tipo de organizações através das quais se fazem representar, não apenas no Parlamento e de tantos em tantos anos, mas diretamente no espaço público, agora aberto em permanência. Tudo se encaminharia, portanto, na narrativa de Keane, para uma sociedade da transparência e da interação instantânea entre o poder e o povo, graças às inesperadas virtualidades da tecnologia digital.

Apesar das enormes diferenças que os distinguem, tanto John Keane como o citado Pierre Rosanvallon dão por assente, primeiro, que a transparência sem limite é um objetivo já inscrito no cerne da modernidade e do iluminismo, sendo aquilo a que estamos a assistir uma continuidade, não uma ruptura; segundo, que é possível integrar, com vantagem, esse objetivo no quadro de uma democracia representativa, a qual, desse modo, se tornaria mais participativa e menos elitista. Em abono desta sua visão otimista, ambos os autores apontam os efeitos indiscutivelmente positivos dos novos *media*: democratização do acesso à informação; divulgação de factos que os *media* tradicionais omitem; monitorização do poder à escala local, nacional e internacional. Não faltam, de resto, exemplos de mobilização cidadã pela *internet*, sempre invocados pelos defensores da *e.democracy*, para provar que todo este aprofundamento democrático estaria de facto a acontecer: Primavera Árabe; 11 de Março em Madrid, 2004; Occupy Wall Street em Nova Iorque, 2011; manifestações em São Paulo, 2013. Tudo somado, a conclusão dir-se-ia irrefutável: as

redes sociais vieram possibilitar a transparência, a monitorização do poder e a aproximação entre representantes e representados. Longe de pôr em causa a democracia, elas constituem, pelo contrário, um antídoto à *pós-democracia* diagnosticada por Crouch, ou seja, a uma sociedade em que as elites económicas e políticas se têm crescentemente apoderado do Estado em benefício próprio, na maioria dos casos com total desconhecimento dos cidadãos.

### 5. *People vs. tech*

Esta visão algo utópica, que foi dominante ainda nos primeiros anos do sec. XXI, esbarrava, no entanto, já nessa altura, com algum ceticismo. Antes de mais, suspeitava-se do irrealismo de muitas das potencialidades que se atribuíam à “galáxia *internet*”. E não eram apenas os reacionários e nostálgicos dos bons velhos tempos da esfera pública que apontavam o dedo àquilo que chamavam de “cyber-utopismo”. Astra Taylor, por exemplo, uma assumida militante de esquerda e ativista do *Occupy Wall Street*, pôs, desde logo, o dedo na ferida:

*A nova ortodoxia imagina a Web como uma espécie de Robin Hood, que rouba audiência e influência aos grandes para a dar aos pequenos. (...) Os seus defensores falam de abertura, transparência e participação, termos estes que definem presentemente os nossos mais elevados ideais, a nossa concepção do que é bom e desejável para o futuro dos média na idade da internet. Mas esses ideais não são suficientes, se nós queremos construir uma cultura digital mais democrática e mais desejável. A abertura, em particular, não é forçosamente progressista. Enquanto a internet cria espaço para muitas vozes, a abertura da rede reflete e até amplifica as desigualdades do mundo real.* (Taylor, 2014, p. 10)

Mais radicalmente ainda, houve autores que sublinharam a confusão gerada pela *cyber-cultura* entre a voz do povo, e o ruído da multidão, entre o *demos* e aquilo que em grego se chamava o *ochlos*. Tanto a democracia como a *internet* são, efetivamente, animadas pelos valores da liberdade e da igualdade ou isonomia. A origem

histórica desta última remonta, de resto, às comunidades *hyppies* dos anos 70, em São Francisco, onde mais tarde viria a surgir Silicon Valley. Contudo, a igualdade democrática não significa uma espécie de indiferença negativa a tudo quanto se diz no espaço público. Conforme escreve Paul Mathias,

*se é verdade que a internet permite, muitas vezes, dar voz a indivíduos e a grupos a quem outrora ela era retirada, também é verdade que nem tudo é igualmente discutível e que, nas redes, a fronteira entre a argumentação e o ruído é por vezes impercetível.* (Mathias, 2012, 186)

Não se trata de uma questão de mais ou menos *expertise*, embora em sociedades complexas, de economia baseada essencialmente no conhecimento, este aspeto também deva ser tido em conta. Mas trata-se, principalmente, de uma questão de mediações e procedimentos. Em democracia, houve sempre normas a determinar o espaço em que se processa a discussão, as condições para o uso da palavra, a ordem das intervenções, o momento e a forma da decisão, os requisitos a

que tem de obedecer a autoridade e a lei. Ora, a crença ingénua na sabedoria das multidões (*the wisdom of the crowds*) e na presunção de que o coletivo estaria por natureza mais próximo da verdade, veiculada a toda a hora pela *net*, leva a uma recusa instintiva de todos esses modos de funcionamento, considerados ‘burocráticos’ e, por conseguinte, desnecessários, e a imaginar que a democracia pode agora realizar-se de forma instantânea e mais eficazmente, sem qualquer mediação, visto a tecnologia permitir a toda gente expressar-se livremente, a qualquer hora e sem obedecer a nenhuma norma. Não admira, por isso, que o jornalista Jamie Barlett, num livro publicado em 2018, se insurja enfaticamente contra estes “crentes da tecno-utopia”, dotados de uma desmesurada “fé no poder emancipatório da tecnologia digital”:

*Esta fé torna-os potencialmente mais perigosos. Tal como no sec. XVIII os revolucionários franceses, que acreditavam ir construir um mundo baseado em princípios abstractos como a igualdade, estes utópicos de última hora sonham*

*com uma sociedade dirigida pela conectividade, os networks, as plataformas e bases de dados. Em democracia (e, evidentemente, no mundo) as coisas não se passam assim. A democracia é lenta, deliberativa e baseada no físico. A democracia é mais analógica do que digital. E uma visão do futuro que vai ao arrepio da realidade da vida e dos desejos das pessoas só pode acabar em desastre.* (Bartlett, 2018, p. 9).

Embora não partilhando por inteiro do pessimismo de Bartlett, gostaria, no entanto, de sublinhar brevemente os traços mais marcantes com que a tecnologia digital reconfigurou, não só a vida individual de cada um de nós, mas também a nossa inter-comunicação e a própria vida em comunidade :

- bairros degradados estão para o centro das grandes cidades.
- B. O espaço público não se alargou, modificou-se. Primeiro, atenuou-se a fronteira nítida que separava o público e o privado, para passar a haver apenas uma distinção entre o muito e o pouco visível. Segundo, tornou-se irrelevante a função do *gatekeeper*, até há pouco desempenhada pelos jornais, que decidiam quem e o quê tinha acesso ao espaço público, passando a haver um espaço virtualmente aberto a tudo e a todos. Terceiro, à distinção entre a verdade e a mentira sobrepõe-se progressivamente a distinção entre enunciados com maior e enunciados com menor divulgação. Por último, a autoridade e a reputação, tradicionalmente associadas ao conteúdo das mensagens, associam-se cada vez mais ao número de vezes que estas são citadas.
- C. A «população» do espaço público modificou-se quantitativa e qualitativamente. Por um lado, o número de pessoas que povoam esse espaço corresponderá, muito em breve, a metade da população do

universo; por outro, passou a ser maioritariamente constituída por gente jovem e do povo, gente que faz e desfaz comunidades, sempre nómadas, sempre em transformação.

- D. Em consequência, esbate-se também a linha divisória entre leitor e jornalista: quem quiser põe a circular opiniões, imagens, informação. Os próprios jornais já não se inibem de recorrer às redes sociais e de as citar como fonte noticiosa, numa crescente indefinição de fronteiras e de géneros.
- E. Contudo, nas redes não se produz informação, faz-se comunicação, conversa-se e fazem-se comunidades ocasionais. É o chamado tribalismo virtual: conversas privadas, mas que são tidas em público; conversas triviais, mas que têm por tema o que vulgarmente se considera assunto público. Tanto ou mais do que a *net*, os biliões de *SMS* que confluem a cada instante no espaço público convertem-no em ruído sistemático. Manifestamente, as análises que a princípio confundiram este novo espaço com meia dúzia de *blogs* de elite, que

*O apogeu das multidões não parece estar no horizonte.*

*O que tem vindo a surgir são núcleos clandestinos de produção, manipulação e distribuição de informação*

se diria concorrerem com os meios tradicionais, estavam equivocadas quanto à sua verdadeira natureza.

- F. Graças a esta Babel que se instalou onde outrora os *media* procediam à agregação e confronto de opiniões, o ritmo e o estilo das conversas privadas contaminou quer os *media* tradicionais, quer a linguagem e a atuação dos agentes políticos: se a divulgação de reportagens intimistas e *selfies* de família se tornou banal, a produção e gestão contínua de novos factos, através de novas mensagens, tornou-se-lhes um imperativo de sobrevivência.

### **Conclusão**

Independentemente da avaliação que se possa fazer destas mudanças, parece inegável que elas representam uma transformação radical do espaço público, só comparável aquela que a produção de papel de baixo custo permitiu há um século e meio. Nessa altura, também se alterou o produto e a escala a que era produzido e consumido. Porém, a distância que separava a elite que os controlava e a multidão que passou a lê-los continuou igual à que antes separava a burguesia letrada do proletariado

analfabeto. Sob esse aspeto, nem a rádio, nem a televisão, viriam a alterar grande coisa. Tanto uma como outra continuavam a estar nas mãos de uma minoria – donos de jornais e jornalistas – que determinava aquilo que devia entrar no espaço público. Só no século XXI, com a massificação dos artefactos digitais, este viria a transformar-se num espaço maioritariamente ocupado pelo cidadão comum e onde as elites tradicionais perderam, aparentemente, a batalha pela hegemonia. Significará isto o verdadeiro «triumfo das massas»? Terá a democracia entrado numa fase em que, havendo ou não representação política, a maioria da população vai controlar efetivamente as decisões de interesse geral?

Sem querer fazer futurologia, registre-se apenas que todos os sinais que vamos tendo parecem apontar num sentido bem diferente. É verdade que a elite que até há pouco detinha a hegemonia se encontra ameaçada. Contudo, não se sabe ainda como será aquela que a irá render. Por ora, percebe-se apenas que há uma contra-hegemonia em curso. Como escreveu o investigador Fernando Schüler, a propósito da eleição de Jair Bolsonaro:

*Decisivo neste percurso é o efeito da Internet. A hegemonia intelectual da esquerda dependia do seu controlo sobre instituições, universidades, escolas, instituições culturais - sobre órgãos da Igreja, redações de jornais e diretórios estudantis. E havia, como é óbvio, a sua influência brutalmente maior na ação partidária. (...) A Internet fez explodir este mundo relativamente fechado. O poder da palavra diluiu-se, ou melhor, disseminou-se pelo tecido social. Foi a via de expressão de uma contra-hegemonia.* (Schüler, 2017)

O problema é que, por mais nítida que seja a perda de influência das elites tradicionais, o apogeu das multidões também não parece estar no horizonte. Pelo contrário, o que tem vindo a surgir são núcleos clandestinos de produção, manipulação e distribuição de informação – verdadeira ou falsa, tanto faz – que operam à escala planetária e estão rapidamente a transformar-se numa arma estratégica para alguns Estados e numa ameaça para todas as democracias.

## Referências bibliográficas

- Tocqueville, A. (1986). *De la Démocratie en Amérique*, 2 vols. Paris: Gallimard, Folio.
- Pierre Rosanvallon (2006). *La Contre-Démocratie*. Paris: Seuil, p. 11.
- Keane, J. (2013). *Democracy and Media Decadence*, Cambridge University Press.
- Crouch, C. (2000). *Post-Democracy*. Cambridge: Polity Press
- Taylor, A. (2014). *The People Platform. Taking Back Power and Culture in the Digital Age*. London: Fourth State.
- Mathias, P. (2012). Métamorphoses de la démocratie. In Yves Charles Zarka (dir.), *Démocratie, État Critique*. Paris: Armand Colin
- Bartlett, J. (2018). *The People vs Tech*. London: Ebury Press, Penguin.
- Schüler, F. (2017). *Existe mesmo uma onda conservadora?* Retirado em 15 de junho de 2019 de <http://fernandoschuler.com/fernando-schuler/entrevistas/politica/existe-mesmo-uma-onda-conservadora/>